

A mídia ensina: a criança é soberana

Los medios de comunicación enseñan: el niño es soberano

The media teach: children are sovereign

Maria Simone Vione Schwengber¹

Resumo *O presente artigo é parte de uma pesquisa inspirada nos campos dos Estudos de Gênero. Nele discuto a emergência de técnicas de governamento inerentes à modernidade e a criação de dispositivos educativos do imperativo da maternidade e da paternidade responsáveis. Defino esse processo educativo contemporâneo mais amplo como politização da família relacional – o casal. A partir do resultado das análises, focalizo um movimento que ensina – a criança é soberana.*

Palavras-chave: *Mídia. Gênero. Paternidade. Maternidade. Criança.*

Resumen *El presente artículo es parte de una investigación inspirada en los campos de los Estudios de Género. En el discuto la emergencia de técnicas de gobierno inherentes a la modernidad y a la creación de dispositivos educativos del imperativo de la maternidad y de la paternidad responsables. Defino ese proceso educativo contemporáneo más amplio como politización de la familia relacional – la pareja. A partir del resultado de los análisis, focalizo un movimiento que enseña – el niño es soberano.*

Palabras-clave: *Medios de Comunicación. Género. Paternidad. Maternidad. Niño.*

¹ Professora do Curso de Educação Física e do Mestrado em Educação nas Ciências da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – Unijuí. Participante do Grupo de Estudos de Educação e Relações de Gênero (Geerge), vinculado ao PPG-EDU da UFRGS, e do grupo Paidotribus da Unijuí.

Abstract *This paper is an integral part of a research inspired by the field of Gender Studies. It discusses the emergence of government techniques that are inherent to modernity, and the creation of educative devices of the imperative of responsible motherhood and fatherhood. This broader contemporary educative process has been defined here as politization of the relational family – the couple. From the results of the analysis, a teaching movement has been into focus – children are sovereign.*

Keywords: *Media. Gender. Fatherhood. Motherhood. Child.*

Data de submissão: 24/10/2011

Data de aceite: 30/04/2012

Poder sobre a vida das famílias

Em suas reflexões, Foucault preocupou-se em destacar que “a velha potência da morte”, na modernidade, é substituída pelo aparecimento “[...] das práticas de saúde, habitação, natalidade, longevidade, portanto, de técnicas diversas e numerosas para obter o controle da vida” (FOUCAULT, 1988, p. 132). Para o autor, um dos fenômenos fundamentais ocorridos a partir do século XVIII foi o poder de “fazer viver” os indivíduos e a população, buscando assegurar sobre eles uma regulação “através de um controle contínuo e científico” (FOUCAULT, 1999, p. 294).

Segundo Foucault (2004), o moderno poder sobre a vida, o biopoder, comporta dois aspectos articulados entre si: o primeiro, centrado na manipulação do corpo dos indivíduos – “anatomopolítica”; o segundo, no controle do corpo da população – “biopolíticas” –, ambos contribuindo para controlar a vida. Ainda sob a análise de Foucault (2004), as políticas de saúde tratam do controle sobre a vida daquilo que comumente denominamos de cuidados, demarcando-se na cultura, a partir daí, a tese de que os corpos são passíveis de serem conhecidos e controlados por um conjunto de especialistas (FOUCAULT, 2004). O controle da vida passa a ser monitorado pelos diferentes especialistas. Isso significa que os nascimentos, a reprodução da espécie, o nível de saúde e o envelhecimento já não são dons de Deus, mas se submetem ao controle humano.

Desse modo, atribui-se à família, enquanto instância que cuida das crianças, um papel de ligação entre os objetivos gerais das políticas de Estado relativas à boa saúde da população, como destaca Costa (1979). A partir daí, propaga-se de muitas e diferentes formas que:

(...) a família é o centro, o elo direto, da grande máquina social, de onde emergem as crianças com suas energias, as que dariam mais tarde dias de glória à pátria (...) para que isso se realize, é necessário que toda a família tenha um bom governo interior (...). (COSTA, 1979, p. 74).

A unidade familiar, como localiza Foucault, não era apenas um es-

paço de sobrevivência. A família, como o âmbito que deveria organizar a vida, cultivá-la, multiplicá-la, garanti-la, regulá-la, teria também, no mínimo, de produzir um filho enquadrado em um formato definido como “normal”. A saúde e, “em primeiro plano, a saúde das crianças, se torna um dos objetivos mais obrigatórios da família” (FOUCAULT, 1999, p. 199). Não se via mais a criança como o fardo que ela representava, mas como a força de produção que encarnava. Os pequenos transformavam-se em um investimento importante para o Estado, e seria tolice deste e da família negligenciar os cuidados infantis. Como observa Badinter (1985), a criança era, potencialmente, uma riqueza econômica. A família passava a ser pensada como *célula-mãe da sociedade*. Ariès (1981, p. 80) destaca “a importância da higienização familiar e a sua função na concretização desse aspecto”. A saúde da criança constituiu, nas palavras de Foucault, um “imperativo de uma nova relação entre pais e filhos, mais amplamente, uma nova economia intrafamiliar” (FOUCAULT, 1999, p. 65).

Observa-se o desenvolvimento de biopolíticas na modernidade que se insinuam em quase todos os âmbitos da vida, fazendo a ligação entre a família que cuida dos filhos e as necessidades da sociedade moderna em seu plano macro que, pouco a pouco – por meio de ajustes e intervenções –, penetram na vida das famílias, desenvolvendo novas regras de comportamento, dirigindo-as enquanto capazes de fazer escolhas, para fazê-las agir de modo desejável. “Foi o fato de cuidar da vida, mais do que ameaça da morte, que conferiu o poder e acesso aos corpos” (FOUCAULT, 2004, p. 265).

É, então, a partir da modernidade que, de forma diversa e contraditória, a politização da família se consolida e se amplia por meio de políticas higienistas desenvolvidas pelos Estados da época. No Brasil, também se observou, de forma mais pontual, um investimento específico e especializado na educação familiar² a partir do século XIX. Essa concepção

² Afinavam-se alianças na preparação das famílias por meio das economias domésticas e das informações higienistas, de modo que as mulheres modernas compreendessem melhor a sua função administrativa: eram guardiãs da sociedade, gestadoras e educadoras da humanidade (COSTA, 1979).

educativa ligava-se a um programa pedagógico que abrangia a educação dos corpos, em especial, das crianças, como destaca Costa (1979). Tais políticas afetaram as ideias e as práticas em torno do exercício da maternidade e da paternidade brasileiras. Os serviços de saúde curativa e preventiva expandiam-se e concentravam-se na retórica dos cuidados das mães com os filhos, na saúde materno-infantil, sendo as mulheres-mães e as crianças os principais alvos das iniciativas.

Pode-se dizer que a politização da família brasileira foi se construindo e, gradualmente, atingindo diferentes âmbitos e planos da vida social. O interesse das políticas higiênicas do Estado brasileiro volta-se, inicialmente, para o controle dos corpos das mulheres e das crianças, aliando-se com a nova geração de ginecologistas, obstetras, pediatras e médicos generalistas, que gradualmente foram modificando grande parte das experiências e vivências da maternidade³ e da paternidade: o parto em hospital público; o acompanhamento da gravidez; os conselhos acerca de como criar os filhos; e, mais especificamente, a puericultura intrauterina, como destaca Scavone (2004).

Ao longo dos séculos XIX e XX, multiplicaram-se discursos e imagens sobre o processo de criação dos filhos; uma sofisticada maquinaria pedagógica ampliou e complexificou a educação das crianças, incluindo: revistas, jornais, programas de TV (de auditório, novelas, documentários, *talk shows*, *video-shows*), filmes, músicas, internet, entretenimento, esportes, publicidade. No entendimento de Steinberg (1997), esses artefatos culturais são “pedagogias culturais” porque oferecem narrativas em suas formas de apresentação, capturando e reproduzindo sentidos e significados ativos que circulam na cultura, produzindo sujeitos e identidades sociais em intrincadas redes de poder.

Fidalgo (2003) destaca o impacto das tecnologias de informação manuais, dentre elas, as revistas femininas, na construção idealizada da maternidade e da paternidade, ao veicularem enunciados que exigem que

³ O Estado brasileiro, de sua parte, empreendeu estratégias mais firmes e ativas, intensificando a conexão das suas ações por intermédio da inserção de outras mulheres (enfermeiras, parteiras, visitadoras) junto ao aparato médico e organizando com estas últimas um sistema mais acabado e completo dos serviços.

os pais e, sobretudo, as mulheres não só “gestem a vida”, como dediquem a sua vida aos filhos. As posições de “bons e/ou maus pais”, as posições sobre o amor paternal e maternal (“contingente” ou “vigiado” pelo especialista) e a construção científica sobre os cuidados com as crianças tornam os pais ora dependentes da literatura especializada sobre o tema, ora inseguros e culpabilizados, em especial, se sua *performance* não coincide com as percepções sociais veiculadas sobre como ser um “bom pai” e uma “mãe cuidadosa”.

Mídias e educação da família brasileira: a revista *Pais & Filhos*

Apoiada e desafiada, então, por esse referencial teórico, procuro fazer neste artigo um exercício de problematização da maternidade e da paternidade, tomando como referência um artefato da mídia brasileira impressa. Faço essa opção porque concordo com Bauman (2004, p. 23) quando afirma que a mídia impressa se transformou, ao longo do século XX, em uma das grandes chaves utilizadas pela sociedade contemporânea para explicar o mundo, para “(...) acelerar ou afrouxar, talvez dirigir o fluxo das identidades sociais num sentido ou noutro”.

A esfera midiática, segundo Fischer (2002), rearranjou as fronteiras entre o que é público e o que é privado. Nesse sentido, afirma a autora (2002), a mídia alterou (e altera) a relação entre os conhecimentos, os fatos e os sujeitos, ainda mais aqueles que se relacionam com a esfera da vida privada. Assim, para Fischer, em toda a história, nenhuma outra sociedade como a contemporânea produziu e disseminou tal volume de informações, que produziram (e produzem) efeitos na intimidade, ensinando como devem ser determinados tipos de homens e/ou mulheres, pais, mães, gestantes – produzindo, assim, novas conformações de gêneros, paternidades e maternidades.

A mídia impressa contemporânea dispôs e disseminou na cultura, de modo cada vez mais acessível, o *ethos* de educação das crianças dita

científica.⁴ Observa-se, hoje, uma frutífera aliança entre as biopolíticas e a mídia. Para Vaz (2006, p. 8), a forma de poder predominante na atualidade não é mais a vigilância, mas a informação, que adverte os indivíduos “dos riscos, dado o que fazem e o que trazem como herança”. Posso dizer que a pós-modernidade monitora os corpos por meio de informações, dentro daquilo que Fraga (2005, p. 28) chamou de uma “biopolítica informacional” – “(...) uma forma de governo que não depende [apenas] da relação corpo a corpo para fazer valer um poder sobre a vida da espécie, mas de um conjunto de técnicas, procedimentos e saberes que regulam a vida”.

Entendo que um grande volume de informações divulgadas em manuais e revistas passou a conformar regras que altera(ra)m o modo de educação das crianças. Essa nova cultura impressa exigiu que os pais não só gerassem os filhos, como também lessem e seguissem as recomendações dos peritos, o que reclama uma prestação intensiva de cuidados (tal como nas receitas dos livros de culinária). Passou-se a pesar os corpos, medir, avaliar os coeficientes intelectual e afetivo, a partir de indicadores científicos, dando sustentação às prescrições acerca dos “melhores” métodos para educar filhos.

Sant’Anna (2001, p. 6) afirma que, dentro do contexto mais amplo da mídia – tevê, rádio, cinema, jornal –, as revistas “contribuíram sobremaneira para esclarecer a brasileira das camadas médias e urbanas (...)”. Já Mira (2001) observa que quem pretende estudar a família ou pelo menos fazer um recorte pela categoria analítica de gênero, no Brasil, tem nas revistas um material muito fecundo. As revistas dirigem-se:

[...] ao leitor como se estivessem conversando com ele, servindo-se de uma intimidade de amigo. [...] talvez seja esse jeito coloquial, que elimina a distância, que faz as ideias parecerem simples, cotidianas, e ajuda a passar conceitos e a cristalizar opiniões. As revistas funcionam, de forma

⁴ O acesso das mulheres ao ensino formal e ao mundo do trabalho, bem como a Secretarias da Infância, postos de saúde, organizações privadas e estatais, e a criação do Dia das Mães e dos Pais ajudaram a legitimar a aceitação das teorias científicas de uma determinada maternidade e da paternidade.

especial, como uma instância que se autoriza a definir os padrões de saúde e a prescrever dicas de bem-estar e de como cuidar dos corpos. (BRUSCHINI, 1994, p. 125).

Para Bauman (2004), a contemporaneidade capitalista, leve, amigável com o consumidor (sujeito avaliado não só pelo poder financeiro, como também pela capacidade e competência para consumir as informações de *experts*), não aboliu as autoridades científicas – tornou-as indispensáveis na vida dos sujeitos. Segundo o autor, os materiais midiáticos e suas ideias coexistem espalhados, muitas vezes desconexos, com uma linguagem feita de palavras e imagens que seduzem pelas combinações com que se apresentam, pelas desconstruções que praticam, pelos ecos que despertam, pelos elementos científicos implícitos que ativam.

Tendo em vista, pois, a centralidade da mídia na educação contemporânea, escolhi investigar, dentre o enorme acervo de publicações disponíveis no mercado editorial brasileiro, a revista *Pais & Filhos*. Por isso, passo a apresentá-la agora, destacando alguns elementos do seu projeto editorial, bem como da sua trajetória no contexto brasileiro. De certo modo, também tento responder (minimamente) uma pergunta: quem lê a *Pais & Filhos*?

O público leitor da *Pais & Filhos* é composto, majoritariamente, por adultos de todas as classes sociais, embora haja prevalência das mulheres de classes média e alta, escolarizadas e com renda própria. Conforme dados do conselho editorial,⁵ o universo dos leitores da *Pais & Filhos* é composto, principalmente, por pessoas na faixa etária entre 20 e 49 anos: de 19 a 29 anos, encontram-se 38%; de 30 a 49 anos, estão 51%; e, acima de 50 anos, apenas 10% dos leitores.

No contexto da mídia brasileira direcionada à família, resalto a importância da *Pais & Filhos*, uma vez que essa publicação é tida como “a mais tradicional revista da família brasileira, há quarenta anos no mercado” (MIRA, 2001, p. 14). Tal periódico desfruta de uma longevidade

⁵ Dados fornecidos pela editora e extraídos de uma testagem de mercado (em mil pessoas) pelos estudos Marplan, 2006.

notável, comparada com a quantidade considerável de séries de revistas lançadas para esse público a cada ano no Brasil,⁶ ainda mais que, delas, poucas conseguem passar pela prova dos dez anos da primeira edição.

Segundo Mira (2001), a *Pais & Filhos* é identificada como a primeira publicação brasileira (1968) a discutir a educação dos filhos e a mostrar a necessidade de pais e mães planejarem sua chegada. Das revistas destinadas a pais e mães, é a revista brasileira de maior tiragem e considerada como um dos periódicos mais lidos por esse segmento, em especial no âmbito das chamadas classes médias.

A *Pais & Filhos* enfatiza o conhecimento dos especialistas, e a narrativa científica é apresentada como a que tem mais autoridade e legitimidade. A *Pais & Filhos* parte da premissa de que as famílias necessitam de ajuda e sugere como primeira regra *que os pais sigam as instruções dos peritos*.

A Pais & Filhos é a revista mais importante para a família moderna, pois ninguém educa sozinho, e os especialistas são as pessoas mais adequadas para ajudar neste momento em que a educação das crianças está organizada e baseada em pressupostos científicos. (PAIS & FILHOS, 1968, p. 27).

O conhecimento das avós, na revista, é paulatinamente desvalorizado (por expressões como *do tempo da vovozinha*), por se achar que esse conhecimento do senso comum (e outros) sobre a criança está cheio de “crendices”. A presença dos especialistas é marcante no decorrer desses 40 anos da revista, já que quase todos os artigos são assinados por eles e/ou estes aparecem como consultores nas matérias, investidos de autoridade para dizer “verdades”, representando para a *Pais & Filhos* poderes quase incontestáveis. Somente o saber de especialistas teria o poder de ajudar as famílias a conduzirem corretamente a educação dos filhos e a identificar, de forma adequada, cada estágio e necessidade de desen-

⁶ Gravidez Feliz, Gravidez Especial, Gravidez e Gestação, Supermãe, Da Concepção ao Nascimento, A Gestação, Ser Mãe Especial, Seu filho e Você, Crescer em Família.

volvimento das crianças. A *Pais & Filhos* apresenta-se, então, como a *família ampliada*; um gigantesco clube de amigos – os especialistas – que traduzem e replicam saberes científicos e técnicas direcionados para o bem-estar, criação e educação dos filhos.

Examinei exemplares da Revista *Pais e Filhos* publicados no período de 1968 a 2006; para fazê-lo, apoiei-me na perspectiva dos Estudos de Gênero e dos Estudos Culturais que se aproximam das teorizações pós-estruturalistas e utilizei como estratégia metodológica a Análise de Discurso foucaultiana. Considerei os textos da *Pais & Filhos* como um artefato cultural que está articulado a uma rede de artefatos culturais de diferentes tipos e que, exatamente por isso, o que nela se diz (e, também, o que se silencia) tem repercussões sociais, políticas e históricas.

Do ponto de vista da metodologia adotada, realizei as análises valendo-me das contribuições de Foucault (1999) no que tange ao conceito de discurso e enunciado. Foucault (1989) sugere que o pesquisador tome os discursos em sua materialidade e tensione suas condições de produção e as posições de sujeito neles descritas. Instrumentalizada por esse “modo de ver”, optei por mapear os enunciados nos discursos da *Pais & Filhos*, observando as suas regularidades, insistências, repetições, possíveis rupturas e descontinuidades.

Por meio da análise, almejo compreender e “(...) prestar atenção ao jogo político aí implicado”, o que acarreta algo mais do que “meramente contemplar uma sociedade plural” (LOURO, 2001, p. 5). Isso implica dar-se conta das disputas políticas das posições de sujeito que a revista ensina aos leitores – no caso, aqui, das posições pai-mãe-crianças (os filhos).

Esse argumento de Louro (2001) remete-me a uma das importantes ferramentas analíticas que uso neste artigo – o conceito de gênero –, tendo em vista que esse conceito está profundamente imbricado na discussão acerca da produção das posições de mãe e pai, as quais a *Pais & Filhos* ensina. Meyer (2005) lembra que as representações de família (de criança) são inúmeras e que competem entre si num contexto histórico sujeito a instabilidades, indeterminações, ambiguidades. Para a autora,

nesse processo de disputas, algumas representações revestem-se de autoridade científica e passam a funcionar no senso comum como “sendo a melhor ou ‘verdadeira’, aquela que se transforma em referência das ações assistenciais e educativas [...] e a partir da qual outros modos são desclassificados e desvalorizados” (MEYER, 2006, p. 120-121). Interessante, pois, discutir e compreender algumas dessas representações que se revestem de autoridade na *Pais & Filhos*.

A criança é soberana

A *Pais & Filhos* passa a mostrar, de muitas formas, a necessidade da *educação dos filhos como sendo um problema do casal*. Observa-se a repetição e multiplicação de enunciados, tais como:

(...) Filhos a dois

(...) casal-companheiro

(...) casal-solidário, quando o assunto é educar filhos. (PAIS & FILHOS, 1972).

A *Pais & Filhos* é identificada como a primeira publicação brasileira a discutir a educação dos filhos como um problema do casal e leva-nos também, “naturalmente”, para longe da ideia de família patriarcal⁷ estendida, em que uma parentela extensa convive no espaço da casa. A revista identifica e traduz o significado de família como lugar de coabitação predominante de “cônjuges e filhos” – na expressão definida por Singly (2007), de “família conjugal” – e também como um grupo que se estrutura no conjugalismo, com atribuições diferenciadas pelos seus membros e obrigações com os filhos. Isso, para Singly (2007), é percep-

⁷ Roberto da Matta (1987, p. 119) entende por modelo patriarcal uma família numerosa, composta não só do núcleo conjugal e de seus filhos, mas incluindo um grande número de criados, parentes, aderentes, agregados e escravos, submetidos todos ao poder absoluto do chefe de clã, que era, ao mesmo tempo, marido, pai, patriarca. O termo patriarcalismo designa a prática desse modelo como forma de vida própria ao patriarca, seus familiares e agregados. O patriarca constitui-se em um núcleo econômico e um núcleo de poder.

tível por meio de numerosos indicadores das mudanças que a família conheceu ao longo da segunda metade do século XX – sobretudo nos países ocidentais:

(...) o decréscimo dos casamentos, das famílias numerosas, o crescimento das concubinagens das famílias pequenas, das famílias monoparentais, das famílias recompostas, o trabalho assalariado das mulheres, com a maior independência das mulheres, a possibilidade do divórcio e um nível intenso da relação afetiva com as crianças. (SINGLY, 2007, p.15).

A *Pais & Filhos* buscou e busca, de todas as formas possíveis, mostrar a necessidade de *pais e mães planejarem a chegada de seus filhos*.

Os pais são os responsáveis pelos filhos.

Filho. Exige planejamento.

A educação fica bem mais forte quando junta o afeto da mamãe e o do papai.

Filhos em primeiro lugar. (PAIS & FILHOS, 1982).

É possível perceber nos excertos, de muitas e diferentes formas, como o casal é *responsabilizado por gerar e criar o filho o mais perfeito possível*. A chegada de um filho passa a ser vista como um projeto que exige preparação minuciosa em todos os sentidos no decorrer de nove meses e mesmo antes disso. A difusão da contracepção moderna contribui para mudar a maneira de pensar a chegada de um filho, que passa a ser entendida como um projeto do casal, fruto de uma preparação e de reflexões. Trata-se da procura “do filho que se quer” (LIPOVETSKY, 2005, p. 141). Ter um filho deixa de ser um destino biológico a cumprir; é antes um projeto, e as falhas são imperdoáveis. Um projeto biotecnológico cobre a pele, desnudada e penetrada, redimensionando o velho modelo de carne e osso, para colocar a reprodução humana mais próxima da hibridação reprodução-máquina. O ciclo das tecnologias reprodutivas, ou seja, da fecundação “medicalizada”, da reprodução assistida, dos ultrassons e do parto cirúr-

gico, e o modelo médico-científico dominam a reprodução humana (SCAVONE, 2004). Na *Pais & Filhos*, ao longo do processo editorial, quase não se fala mais em seleção natural da espécie, mas sim em seleção da “espécie preparada”; trata-se da cultura do dever do aperfeiçoamento de si – o corpo grávido – como obrigação categórica (SCHWENGBER, 2006).

A revista agrega a esse argumento o fato de que filhos custam “caro” e exigem muitos cuidados. Desse modo, começa a circular na *Pais & Filhos*, a partir da década de 1970, acentuando-se nos anos de 1980, a ideia de que:

(...) a melhor família não é a que tem mais filhos, mas a que tem menos filhos e cuida deles. (PAIS & FILHOS, 1980, p. 20).

Assim, a tensão entre qualidade e quantidade, no contexto da *Pais & Filhos*, especialmente depois da década de 1980, mostra uma vitória do primeiro polo, quando as exigências de dedicação começaram a triunfar sobre o número de filhos a serem concebidos. Na segunda década do século XX, o forte tom nacionalista que imperava em muitos países, inclusive no Brasil (*birth control* – controle de nascimento), tem como uma de suas implicações a preocupação mais acentuada com a qualidade da população, do corpo e da saúde (CORRÊA, 2000). Emergem políticas mais firmes em relação à quantidade de filhos, e o incentivo à redução desse número é posição assumida claramente pelo conselho editorial da *Pais & Filhos*, principalmente a partir da década de 1990. No Brasil, observa-se uma queda na taxa de fecundidade a partir desse período. A média de fecundidade por mulher assim se configurava: em 1940, cada mulher brasileira tinha 6,16 filhos; em 1950, 6,21; em 1960, 6,28; em 1970, 5,76; em 1980, 4,35; em 1990, 2,5; em 2005, 2,1 (BERQUÓ, 2006). Para Berquó, a redução é devida a vários fatores,⁸ tais como⁹: elevado uso

⁸ A partir da década de 1980, tornou-se claro que a fecundidade no Brasil estava diminuindo bastante; hoje, a média brasileira não é muito maior do que a observada em países bem mais ricos (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA).

⁹ Marcelo Medeiros (2006) chama a atenção para o fato de que a taxa de fecundidade caiu na classe média-alta, bem como nas classes menos favorecidas, que se aproximam da média geral.

da esterilização feminina, da pílula e de outros contraceptivos; aumento do número e permanência de mulheres no mercado de trabalho; expansão do emprego no setor terciário; expansão e multiplicação dos cuidados destinados à criança. Para Lipovetsky (2005, p. 141), esse fenômeno de redução revela uma característica do individualismo contemporâneo: “já não vem ao caso de sacrificar a própria vida íntima ou profissional para constituir uma numerosa prole, embora ninguém deixe de cultivar a renovada satisfação de ter filhos”.

Nota-se que o contexto contemporâneo resulta não somente na diminuição do número de nascimentos, mas também em um novo lugar que a criança ocupa. A queda da fecundidade das famílias traduz um alinhamento de comportamento, principalmente, da família (do casal) na focalização da criança e na mobilização para seu sucesso, como destaca Singly (2007). Muitas vozes, dentro da revista, reconhecem que uma prática materna e paterna:

(...) rodeada de cuidados individuais é incompatível com a ideia de ter muitos filhos, tanto pelo tempo quanto pelo trabalho e dedicação psíquico-afetivo-emocional que requer. (PAIS & FILHOS, 1980, p. 21).

Como se observa nos trechos em destaque, a *Pais & Filhos* faz um convite aos pais para responsabilizarem-se pelo sucesso do filho. Para Singly (2007, p. 13), a família do período posterior aos anos 60 do século XX distingue-se da família do período precedente pelo peso maior dado à “estruturação do conjugalismo” e aos “sentimentos de amor e afeição à filiação”. Singly (2007, p. 14) é devedor da clássica análise de Philippe Áries, que situa no século XX a novidade da reinstauração de uma família que se quer nuclear e que institui renovados sentimentos de afeição – da “lógica do amor” em relação à criança. Tal lógica, conforme Singly (2007), impõe-se na segunda metade do século XX com mais intensidade para quase todas as classes sociais.

Segundo Lupton (1999), nenhuma outra forma de obrigação moral, como a dos pais para com os filhos, desfruta de tão amplo reconheci-

mento social na contemporaneidade. Observa a autora que, quanto mais os valores individuais progridem, mais se consolidam os sentimentos dos deveres para com os filhos. Lupton (1995) alerta que, se, de um lado, a contemporaneidade enfraquece os deveres em seu conjunto, de outro, amplia o espírito de responsabilidade em relação a filhos. A lista de críticas e de deveres dos pais é cada vez mais longa. Os “deveres dos pais superam os dos filhos” (FORNA, 1999, p. 192), realidade que se destaca no contexto da *Pais & Filhos*:

(...) os pais devem passar muito mais tempo perto dos filhos, cuidar da sua saúde, brincar (mesmo que à noite com a criança), estimular filmes, cantar canções e fazer esportes, levar para passear, tirar férias juntos. (PAIS & FILHOS, 1979, p. 21).

A família transformou-se numa “empresa” a ser gerida de forma otimizada, em todas as direções (LIPOVETSKY, 2005). Como se vê nos excertos, nada é mais relevante do que a saúde e o bem-estar das crianças, férias, programas televisivos, filmes, música, língua, jogos e esportes. De outra forma, a família transformou-se ao mesmo tempo num espaço emotivo, com inclinação à ternura, à efusão dos sentimentos.

A revista ainda orienta para que as crianças sejam:

Carregadas nos braços, mimadas, acariciadas, beijadas. (PAIS & FILHOS, 1979, p. 21).

Criticam-se as mães e os pais que passam muito tempo longe dos filhos, porque, nessa perspectiva, parece que é preciso que se seja mãe e pai, não como outrora, com presença irregular, mas de preferência 24 horas por dia. Quase tudo “é passível de estímulo, de bonificações, de progresso; os pais cada vez mais se parecem com diretores de empresa jovens e dinâmicos, ciosos de bem gerir seu inexaurível empreendimento. A questão da ética dos pais formula-se mais em termos de amplo gerenciamento do que em termos de abnegação”, como destaca Lipovetsky

(2005, p. 146). Esse “patrulhamento” em volta do desempenho dos pais faz com que eles assumam um compromisso cada vez maior em tornar a infância de seus filhos “uma infância feliz”; para isso, são levados a ser, tanto quanto os professores, *experts psicopedagógicos*, a fim de bem conduzirem a infância.

A revista *Pais & Filhos* ensina às famílias que estas devem afirmar os laços de sociabilidade com os filhos – uma sociabilidade afetiva descrita como “próxima, quente”, na qual a distância entre os sujeitos (pai, mãe e filho) deva ser relativamente “menor que outrora”, como apela a revista. Para Foucault (1990), impõe-se a instauração da intimidade da família, que, no contexto contemporâneo, deixa de ser uma instituição de direito privado com finalidade apenas de bens e nomes, passando a constituir-se em uma unidade moral e afetiva. Observa-se ainda o esforço da *Pais & Filhos* em destacar a esfera privada e a decorrente intensificação afetiva do espaço familiar, não só entre pais e filhos, como também entre os cônjuges, cujo elo doravante é fundado nas noções de afeto e amor. Para Lipovetsky (2005, p. 144), o momento atual não comporta mais relações filiais estritas, e “a prioridade agora compete com o calor humano, a emoção, a escuta, a incontornável exigência de prestar supremos cuidados aos filhos”.

Uma vez que os primeiros anos (a primeira infância) são tidos como decisivos para o futuro das crianças, as descobertas científicas e os conselhos avolumam-se, e a educação é norteadada pela ideia do desenvolvimento integral e exigente de dedicação, cuidados e de extravasamento amoroso dos pais (PEIXOTO, 2000). Assim, torna-se inevitável que o sentimento amoroso e a responsabilidade dos pais passem a ter um alcance quase absoluto. A *Pais & Filhos* mostra que os primeiros anos de vida de uma criança são tomados como decisivos para o seu desenvolvimento posterior; a relação pai-mãe-filho, em particular, torna-se a fonte de fracassos ou sucessos da vida futura, num processo de “verdadeiro” culto à infância.

Observo que os pais são vistos como decisivos na criação de uma criança. Alguns excertos da revista indicam que as tarefas de cuidado

com os filhos já são divididas com frequência e sem espanto entre homens-pais e mulheres-mães, mas continuam posicionando de formas diferenciadas homens e mulheres perante os filhos.

Foi-se o tempo em que o homem trazia o dinheiro, e a mulher cuidava da casa; os pais de hoje estão mais “família” e dispostos a ajudar, cuidar, curtir. (PAIS & FILHO, n. 472).

Observa-se na revista a figura do “novo” pai, aquele que participa do cotidiano dos filhos: *receber e curtir o filho*, como destaca o excerto. Elisabeth Roudinesco (2003) chama-nos a atenção para o fato de que a figura do novo pai emergiu na esteira do movimento feminista, que aponta quão pouco a maioria dos pais fazia por suas crianças, e das transformações das novas configurações familiares (os acordos).¹⁰ O movimento feminista questionou e questiona seriamente o lugar do homem e as hierarquias entre homens e mulheres, assim como o modo como o homem se relacionava consigo, com os filhos e com as mulheres. Todo esse questionamento surtiu efeitos culturais e nas práticas discursivas, o que vemos aparecer nas páginas da *Pais & Filhos*.

Para Araújo (2001), mesmo trabalhando fora e investindo na carreira profissional tanto quanto os homens, as mulheres continuam sendo as principais responsáveis pela criação e educação dos filhos, cuidados da família e administração da casa. Os homens, de um modo geral, ajudam quando podem ou depois de muitas cobranças das companheiras. Para a autora, as mulheres gastam 27,2 horas semanais em atividades domésticas, enquanto que os homens gastam 10,2 horas. Araújo (2001) destaca que, além disso, quando os homens realizam tarefas domésticas, eles executam atividades mais valorizadas, como fazer compras, buscar o filho na escola ou levá-lo para passear, mas quase nunca uma ativida-

¹⁰ Ver Roudinesco (2003): descrições dos “novos acordos”, em que a família se consolida como um contrato consensual entre um homem e uma mulher com duração relativa à durabilidade do amor. Para a autora, a família não se dissolveu, mas se organizou de modo mais horizontal e em redes. O casamento perdeu o ornamento de sacralidade e, em constante declínio, é hoje caracterizado pela união afetiva dos cônjuges, com ou/sem filhos, que se unem não mais por uma vida, mas por períodos aleatórios.

de rotineira, como lavar ou passar roupas. As mulheres seguem sendo entendidas como as mais decididas e dinâmicas diante dos cuidados e da educação dos filhos do casal. Do homem, parece que a revista espera participação e colaboração.

Machado (2001) destaca que a vida familiar gravita em torno da criança. Esse modelo de família alarga de forma intensa a responsabilidade parental em relação aos filhos, de modo que estes funcionam como um espelho em que os pais veem refletidos os acertos e erros de suas concepções e de suas práticas educativas, os quais costumam fazer-se acompanhar de sentimentos de orgulho ou, ao contrário, de culpabilidade (NOGUEIRA, 2005). Para Singly (2007, p. 60), o quadro contemporâneo é de ressignificação do filho na família.

Tudo se passa como se o êxito do filho constituísse uma espécie de símbolo do êxito pessoal dos pais, bem fundado de seus valores e de sua concepção de educação; como se esse êxito se tornasse para os pais um critério fundamental de sua autoestima. (...) O êxito escolar dos filhos é possível quando a família mobiliza energia, determinação e rigidez e recursos econômicos.

Os pais tornam-se, assim, os responsáveis pelos êxitos e fracassos escolares e profissionais dos filhos, tomando para si a tarefa de instalá-los da melhor forma possível na vida. Para isso, mobilizam um conjunto de estratégias visando a elevar ao máximo as chances de sucesso do filho, sobretudo em face do sistema educativo, o qual, por sua vez, ganha importância “capital” como instância de legitimação individual e de definição dos destinos ocupacionais (NOGUEIRA, 2005).

Para Giddens (2002), a novidade da segunda metade do século XX é a emergência do “amor confluyente”,¹¹ “amor” que passa a ser condição para a permanência dos laços conjugais e dos laços entre os filhos. A

¹¹ Os casamentos “até que a morte nos separe” são substituídos pelas parcerias do “amor confluyente”, pensadas para durar tanto (porém não mais) quanto a transitória satisfação derivada da coabitação desses parceiros, como destaca Anthony Giddens (1992).

nova ética focaliza o indivíduo e, sobretudo, um indivíduo que cada vez mais vai centrar-se em si mesmo. Giddens (1992) designa esse estágio como do individualismo – é o surgimento de um perfil inédito do indivíduo nas suas relações consigo mesmo, com o seu corpo, com os outros e com o mundo. Giddens (2002) define esse movimento como “sentimento de família” e “sentimento das crianças”.

Luc Ferry (2008) afirma que o amor dos pais pelos filhos é descrito desde a Antiguidade em muitos mitos e lendas. Porém, para o autor, esse sentimento estava longe de ser uma prioridade para os casais¹² como é nos dias atuais, em que a criança se tornou sagrada. Conforme Ferry (2008), hoje no Ocidente ninguém mais morre por um Deus,¹³ pela pátria¹⁴ e pelas revoluções. “Em contrapartida, não conheço pai que não arriscaria a vida pelos seus filhos. Os filhos se tornaram o principal canal para o homem tentar transcender espiritualmente”. Para Ferry (2008, p. 3), talvez os filhos estejam substituindo as instituições despedaçadas que temos nos tempos atuais.

Singly (2007, p. 47) destaca que a família, na contemporaneidade,

se curva à criança, sua vida se confunde com as relações mais sentimentais entre pais e filhos. A criança é soberana. As crianças são soberanas. Elas não são mais percebidas como referência eventual à herança, elas são estimadas por si mesmo. Essa modificação do estatuto da criança se inscreve na atenção que se dá às pequenas coisas da vida cotidiana, sua saúde, as boas palavras, afeto, o desempenho escolar.

¹² Ele exemplifica que o escritor francês Michel Montaigne (1523–1592), celebrado como grande humanista, quando perguntado sobre o número de filhos, confessou não se lembrar do número de filhos seus que morreram enquanto ainda eram amamentados. Ainda relembra Ferry que o suíço Jean-Jacques Rousseau (1712–1778), um dos próceres do Iluminismo, abandonou seus cinco filhos sem dó nem piedade. Para o autor, esses exemplos podem ser bizarros, mas temos de lembrar que, até a Idade Média, não havia sequer o conceito de infância e que foi entre os séculos XVII e XVIII que a infância passou a ser definida como um período de fragilidade, durante o qual se deveria prover as crianças de mimos e carinho.

¹³ Ferry (2008) reconhece que há religiosos extremistas no Islã.

¹⁴ Ferry (2008) afirma que há gente na Chechênia ou na Ossêtia que aceita morrer pela nação, mas garante que não há cidadãos com tais intenções na Alemanha, na França e nos Estados Unidos.

Observa-se que na *Pais & Filhos* a criança é o centro.¹⁵ Entretanto, o que diferencia essa família mais aberta à filiação, o que a faz ser contemporânea, é o primado do indivíduo (VELHO, 2002). Gilberto Velho (2002) enfatiza o valor do individualismo como específico das famílias das camadas médias – parece-me que leitores da *Pais & Filhos* – escolarizadas e psicologizadas no Brasil. A família, no mundo contemporâneo, tornou-se a referência imediata do indivíduo. Aos poucos, as crianças deixaram de ser associadas preferencialmente a uma comunidade, estando situadas a partir do seu núcleo familiar. Trata-se da naturalização de uma estrutura sustentada na perspectiva que o autor denomina de indivíduo-família. Para Velho (2002), a família brasileira institui prestígio e valor ao indivíduo; o “eu” da criança transforma-se em um “eu sou” e, ainda, em um “eu só”. Nesse contexto, cada indivíduo tem seu próprio peso, seu poder e seu lugar na estrutura familiar. A família recolhe-se a um espaço doméstico mais íntimo.

O “código individualista”, cada vez mais presente nos modelos das famílias, é, em grande parte, responsável pela autonomização dos indivíduos (VELHO, 2002). Questiono se o hiperinvestimento eu-criança-indivíduo não seria, também em grande parte, pela dessensibilização das crianças em relação ao seu pertencimento social na esfera pública. Ainda, se o hiperinvestimento eu-criança-indivíduo não diminuiu a apreensão dos seus limites e da sua situação de compartilhamento.

(...) Uma história longe do fim

Esta análise permite dizer que o processo da maternidade e paternidade está estreitamente relacionado com o de construção de gênero: educar mulheres e homens para tornarem-se mães e pais está dentro de proces-

¹⁵ De acordo com Ciaffone (2002), as crianças de 0 a 12 anos da classe média representam a principal influência de consumo das famílias, tanto em termos de produtos quanto de serviços, tais como as compras no mercado e no shopping, onde morar, que carro ter, para onde ir durante as férias, quais restaurantes frequentar, dentre outros, incluindo a aquisição de produtos e a fruição de serviços provocados pelo estado de gravidez, tais como frequentar cursos de preparação para o parto, academias, massagista.

sos que nos educam como sujeitos de gênero. Apoio-me em um pressuposto feminista fundamental para o debate contemporâneo dos Estudos Feministas – o *pessoal é também político* – para explicar alguns dos processos e relações que estão implicados na produção de sujeitos específicos: mulheres e homens, mães (as boas mães) e pais (os bons pais).

Fidalgo (2003) destaca o impacto das tecnologias de informação na construção idealizada e intensiva da maternidade e da paternidade. As revistas brasileiras para mães e pais têm sido espaços midiáticos de produção desse novo movimento moral de educação idealizada e intensiva da maternidade e da paternidade ao veicularem enunciados que exigem que os pais e, principalmente, as mulheres-mães não só gestem a vida, como dediquem a sua vida aos filhos. As posições sobre o amor paternal e maternal (“contingente” ou “vigiado” pelo especialista) e a construção científica sobre os cuidados com as crianças tornam os pais ora dependentes da literatura especializada sobre o tema, ora inseguros e culpabilizados, em especial, se sua *performance* não coincide com as percepções sociais veiculadas sobre como ser um pai e uma mãe perfeitos. Badinter (2010, p. 120) afirma que estamos assistindo a uma mudança radical, que está ocorrendo de forma subterrânea. “Há um aumento incrível dos deveres maternos e paternos. A maternidade e a paternidade se tornaram um novo Deus, com critérios morais que culpam quem não seguir o discurso de pai e mãe perfeitos”.

O que é importante perceber é que, em quase todos os processos enunciativos da revista *Pais & Filhos*, se exerce o biopoder, havendo concomitantemente uma extensa produção de saber do comportamento da família amorosa, o que é reforçado na revista pelos especialistas, principalmente os médicos, psiquiatras e psicólogos. A criança passa a ser a principal pauta da família preparada; com ela, podemos pensar em um duplo movimento, o de uma politização da maternidade e paternidade como politização da infância (MEYER, 2003, SCHWENGBER, 2006), tal como esta última modalidade de poder contemporaneamente. Foucault afirma “o poder como o nome dado a uma situação estratégica complexa” que considera a positividade do poder, o que podemos pensar

da vida familiar relacional e individualista, na qualidade da criança soberana (FOUCAULT, 2001, p. 86).

Essas novas de tecnologias de informações como a *Pais & Filhos* expandem-se na contemporaneidade. Estudar o processo de leitura e compreensão das revistas é estudar uma política da cultura das representações – política entendida aqui como um processo de negociação entre diferentes modos de compreensão dos enunciados.

Endendo que essas representações de maternidade e paternidade são politicamente significativas, provocando uma ruptura radical entre a vida íntima e a vida pública. Foucault (2004) entendeu a biopolítica a partir desse paradoxo, que implica, de um lado, o investimento político sobre a vida; de outro, a possibilidade de proposição de novas maneiras de viver diante dos diferentes investimentos educativos. Foucault (2004) diz que uma tecnologia política dos corpos, de poder-saber, impõe progressivamente o seu critério de normalização, o que nos permite pensar na afirmação da família relacional e amorosa descrita pela revista.

A mídia e as revistas, no caso, a *Pais & Filhos*, compõem um lócus especial de análise da ação do discurso e das imagens, modelando corpos e assujeitando-os a certa representação de criança e de família preparada. A quantidade de material informativo disponível sobre maternidade e paternidade sugere, cada vez mais, que a biologia não equipa as mulheres e os homens para a função social de cuidar dos filhos. É curioso observar, no entanto, o quanto essa inclinação (da maternidade e da paternidade amorosa da família preparada), tida como inata e natural em nossa cultura, é alvo da mais meticulosa e intensa vigilância, bem como do mais diligente investimento educativo.

O exercício da maternidade e da paternidade se produz e se modifica na cultura (MEYER, 2003), já que porta os traços de uma história, uma dimensão que nos escapa radicalmente e que reenvia ao simbolismo da cultura. Com isso, quero justificar minha aproximação de análises que consideram a cultura como instituidora de sentidos, pois é na cultura que circulam e se (re)produzem os significados que nos interpelam e nos fabricam como sujeitos de gênero (HALL, 1997). Pensar a maternidade

e a paternidade, então, é pensá-las a partir de uma perspectiva histórico-política, é tomá-las não a partir da sua biologia (natureza), mas, ao contrário, tomá-las exatamente na sua produção discursiva e cultural como processo incessante, que parece estar longe do fim.

Entendo que o modo como homens (e mulheres) vivem/exercem/significam a paternidade (e maternidade) está diretamente relacionado às questões culturais e sociais. Os significados da paternidade e da maternidade – que permitem às mulheres e aos homens ser/fazer/sentir-se enquanto mães e pais – são construídos (MEYER, 2000). Pode-se compreender o comportamento da família relacional [preparada] e amorosa com a solidificação dos cuidados corporais, apresentando-se como um aspecto importante de coação social, na medida em que não só definem as insígnias de cada gênero, como também engendram a distinção entre as identidades¹⁶ maternas e paternas.

As estratégias educativas propagadas pela revista parecem dizer aos pais de muitas e diferentes formas: a criança é soberana. O que chama a minha atenção é que nunca fomos tão incitados a nos mantermos presentes na educação dos nossos filhos e ao mesmo tempo nunca fomos tão regulados e controlados na própria educação e no lugar que devemos dar aos filhos (SCHWENGBER, 2006). Um processo incessante, que está longe do fim...

Referências

- ARIÈS, Philippe. *História social da infância e da família*. Rio de Janeiro: LTC, 1981.
- ARILHA, Margareth Berquó. Desejo da maternidade, tecnologia conceptivas e o Estado: rápidas considerações. In: SCAVONE, Lucila. *Tecnologias reprodutivas*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 2006.
- BADINTER, Elisabeth. *Um amor conquistado – O mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

¹⁶ Identidade(s) não tomada(s) aqui como individualidade(s), nem como um processo estático (e definido), mas como processo aberto que envolve uma incessante reorganização de significados culturais, com os quais nos relacionamos nos contextos socioculturais. Assim, entendemos as identidades como múltiplas e plurais, podendo ser assumidas, ao mesmo tempo, pelos mesmos ou por diferentes atores sociais (SILVA, 2000).

- BAUMAN, Zygmunt. *Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.
- BRUSCHINI, Cristina; SORJ, B. *Novos olhares: mulheres e relações de gênero no Brasil*. São Paulo: Marco Zero/Fundação Carlos Chagas, 1994.
- CORRÊA, Marilena Villela. *Novas tecnologias reprodutivas: limites da biologia ou biologia dos limites*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2000.
- COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- FERRY, Luc. *Famílias, amo vocês*. Trad. Jorge Bastos. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.
- FIDALGO, Lurdes. *Reconstruir a maternidade numa perspectiva discursiva*. Lisboa: Instituto do Piaget, 2003.
- FISCHER, Rosa Maria Bueno. Problematizações sobre o exercício de ver: mídia e pesquisa em educação. *Revista Brasileira de Educação*, Campinas, Editores Associados/AMPED, n. 20, maio/jun./jul./ago. 2002.
- FORNA, Aminatta. *Mãe de todos os mitos: como a sociedade modela e reprime as mães*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999.
- FOUCAULT, Michel. A ética do cuidado de si como prática da liberdade. In: _____. *Ética, sexualidade, política. Ditos e escritos*. Rio de Janeiro: Forense: 2004.
- _____. *Em Defesa da Sociedade: Cursos do Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- _____. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1990.
- _____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1989.
- _____. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988. In: *Família no Brasil*. Rio: Espaço e Tempo/UFRRJ, p. 115-136.
- _____. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1979.
- FRAGA, Alex Branco. *Exercício da informação: governo dos corpos no mercado da vida ativa*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.
- GIDDENS, Anthony. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- LIPOVETSKY, Gilles. *A sociedade pós-moralista: o crepúsculo do dever e a ética indolor dos novos tempos democráticos*. Trad. Ara Braio. São Paulo: Manole, 2005.
- LOURO, Guacira. *Notas para dar conta de uma promessa. Prática de pesquisa*. PPGEDU/ UFRGS, 2001. (Texto mimeografado).

- LUPTON, Deborah. Risk and the ontology program . In: LUPTON, D. *Risk and sociocultural theory: new directions and perspectives*. Cambridge/UK: University Press, 1999.
- _____. *The imperative of Health: public health and the regulated body*. Thousand OAKS, CA: Publications, 1995.
- MACHADO, Lia Zanotta. *Famílias e Individualismo*. São Paulo: Brasiliense, 2001.
- MEYER, Dagmar. A politização contemporânea da modernidade. *Gênero: núcleo transdisciplinar de estudos de gênero – NUTEG*, Niterói, v. 6, n. 1, 2006.
- _____. *A educação da família como estratégia governamental de inclusão social: um estudo situado na interface dos Estudos Culturais, de Gênero e de Vulnerabilidade*. Projeto CNPQ. Porto Alegre: UFRGS/FACED, 2005.
- MIRA, Maria Celeste. *O leitor e a banca de revistas: a segmentação da cultura no Século XX*. São Paulo: Olho D'Água/FAPESP, 2001.
- NOGUEIRA, Maria Alice. A Relação Família-Escola na Contemporaneidade Fenômeno Social/Interrogações Sociológicas. *Análise Social*, vol. 11, 2005.
- PAIS & FILHOS. São Paulo: Bloch e Manchete, anos 1-37. (Coleção). Disponível em: <<http://www.revistapaisfilhos.terra.com.br>>. Acesso em: 2003; 2004; 2005; 2006.
- PEIXOTO, C. et al. *Família e individualização*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.
- SANT'ANNA, Denise B. Educação Física e história. In: CARVALHO, Y. *Educação Física e ciências humanas*. São Paulo: Hucitec, 2001.
- SCAVONE, Lucila. *Dar e cuidar da vida: feminismo e ciências sociais*. São Paulo: UNESP, 2004.
- SCHWENGBER, Maria Simone Vione. *Donas de Si? A educação de corpos grávidos no contexto da Pais & Filhos*. Tese Doutorado em Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: UFRGS, 2006.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- SINGLY, François. *Sociologia da Família Contemporânea*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.
- STEINBERG, Shirley. Kinder Cultura: a construção da infância pelas grandes corporações. In: SILVA, Luiz H.; AZEVEDO, José C.; SANTOS, Edmilson S. (Orgs.). *Identidade Social e a construção do conhecimento*. Porto Alegre: SMED/RS, 1997.
- VAZ, Paulo Roberto G. *Corpo e Risco*. Fórum Media. Disponível em: <<http://www.eco.ufrj.br/paulovaz/textos/corpoerisc.pdf>> Acesso em: 06 mar. 2006.